

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S678	A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-535-8 DOI 10.22533/at.ed.358191408 1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 300
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A **Sociologia e as questões impostas ao desenvolvimento humano**, coletânea de dezoito capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute o desenvolvimento humano e seus desdobramentos por meio da sociologia.

Partindo para as temáticas impressas nos capítulos aqui reunidos, temos desde contribuição que versa sobre o pensamento de Weber, passando por cultura e tradução e alcançando análises sobre literatura, língua, linguagem, discurso, regionalismo e nacionalidade. As relações sociais também encontram espaço na presente obra a partir da figura do casamento, bem como da relevância da dança como recurso para o ensino infantil.

Permanecendo nos discursos, mas agora na denúncia de abusos, decorrentes do não reconhecimento das outridades, há colaborações que evidenciam a violência perpetrada por meio de práticas machistas, da exploração de crianças devido a invisibilidade social e da denúncia ao assédio sofrido. O papel da mulher no espaço público, notadamente no cenário político, é apresentado como condição de autonomia feminina que, movida pelos seus interesses, pelo seu querer, dita as regras de suas ações, de sua vida.

Convidamos a todos a experimentar as leituras deste volume que é composto pelas seguintes participações:

- **MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECCIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS**, de Márcio José Rosa de Carvalho;
- **CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA**, de Paulo Gerson Rodrigues Stefanello;
- **COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS**, de Maressa de Jesus Evangelista e Glória Dias Soares Vitorino;
- **MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS**, de Danúbia Aline Silva Sampaio e Jairo Venício Carvalhais Oliveira;
- **DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS**, de Carla Andréia Schneider e Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti;
- **DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO**, de Deborah Gomes de Paula e Regina Célia Pagliuchi da Silveira;
- **NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA**, de Daniele de Oliveira;
- **O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES**

DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO, de Adriana do Carmo Figueiredo;

- **CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE**, de Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis;
- **O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS**, de Olga Valeska Soares Coelho;
- **LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN**, de Carolina Casarin Paes;
- **A TURMA CAIPITA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**, de Lays Matias Mazoti Corrêa;
- **CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**, de Laís Marina de Souza;
- **A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**, por Carlos Alexandre Borges de Lima e Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Moraes;
- **RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS**, por Loriane Trombini Frick, Bruno Barbosa de Souza, Leidyane Tiberio Neves, Karianny Aparecida Gerotto del Mouro, Alysson Mateus Rabelo Kiessow, Ígor Prochnow e Joyce Coldebella;
- **POLÍTICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN) VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT**, por Leila Chaban;
- **#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO**, por Magall Simone de Oliveira; e
- **RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA**, por Vanderson de Gois Santos.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS	
Márcio José Rosa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3581914081	
CAPÍTULO 2	16
CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA	
Paulo Gerson Rodrigues Stefanello	
DOI 10.22533/at.ed.3581914082	
CAPÍTULO 3	24
COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS	
Maressa de Jesus Evangelista Glória Dias Soares Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.3581914083	
CAPÍTULO 4	36
MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS	
Danúbia Aline Silva Sampaio Jairo Venício Carvalhais Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914084	
CAPÍTULO 5	52
DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS	
Carla Andréia Schneider Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti	
DOI 10.22533/at.ed.3581914085	
CAPÍTULO 6	64
DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO	
Deborah Gomes de Paula Regina Célia Pagliuchi da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914086	
CAPÍTULO 7	76
NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA	
Daniele de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914087	

CAPÍTULO 8	88
O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.3581914088	
CAPÍTULO 9	101
CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE	
Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3581914089	
CAPÍTULO 10	110
O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS	
Olga Valeska Soares Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.35819140810	
CAPÍTULO 11	118
LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN	
Carolina Casarin Paes	
DOI 10.22533/at.ed.35819140811	
CAPÍTULO 12	128
A TURMA CAIPIRA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Lays Matias Mazoti Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.35819140812	
CAPÍTULO 13	142
CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	
Laís Marina de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.35819140813	
CAPÍTULO 14	153
A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Carlos Alexandre Borges de Lima	
Maria do Perpetuo Socorro Bandeira Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.35819140814	
CAPÍTULO 15	165
RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS	
Loriane Trombini Frick	
Bruno Barbosa de Souza	
Leidyane Tiberio Neves	
Karianny Aparecida Gerotto del Mouro	
Alysson Mateus Rabelo Kiessow	
Ígor Prochnow	
Joyce Coldebella	
DOI 10.22533/at.ed.35819140815	

CAPÍTULO 16	179
POLITICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN)VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT	
Leila Chaban	
DOI 10.22533/at.ed.35819140816	
CAPÍTULO 17	193
#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO	
Magali Simone de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.35819140817	
CAPÍTULO 18	209
RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA	
Vanderson de Gois Santos	
DOI 10.22533/at.ed.35819140818	
SOBRE O ORGANIZADOR	224
ÍNDICE REMISSIVO	225

NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA

Daniele de Oliveira
(UFBA)

Este artigo foi originalmente publicado em inglês, na revista *International Journal of Language and Linguistics*: <http://ijllnet.com/journal/index/2338>

RESUMO: De acordo com van Dijk (1992) um dos meios mais eficientes de reprodução do racismo é a imprensa, ainda que essa constatação seja sistematicamente negada pela própria imprensa. Neste trabalho, o objetivo é investigar o discurso que sustenta a negação de práticas racistas pela imprensa, apresentado no livro “Não somos racistas”, de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, publicado em 2006. A discussão que propomos está fundamentada no quadro teórico da Análise Crítica do Discurso, especialmente sustentada nos trabalhos de Fairclough e van Dijk que discutem as relações de poder por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 1989; 1992 [2008]; van DIJK, 1992, 2008). Este trabalho se insere em um projeto maior que visa problematizar a presença do negro na imprensa online bem como a construção discursiva de sua imagem. Em fase inicial, a análise do livro permite afirmar que os argumentos do autor se fundamentam principalmente no mito da democracia racial brasileira, o que pode ser exemplificado pelo “reconhecimento” do Brasil como um país racista apenas quando as discussões sobre

cotas invadiram o noticiário nacional: “quer dizer então que somos um povo racista?” (KAMEL, 2006, p. 17).

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Negação do racismo. Racismo.

WE ARE NOT RACISTS: THE DENIAL OF RACISM IN THE DISCOURSE OF THE BRAZILIAN CORPORATE MEDIA

ABSTRACT: According to van Dijk (1992) one of the most efficient means of reproducing racism is the press, although this is systematically denied by the press itself. In this paper, the objective is to investigate the discourse that supports the denial of racist practices by the press, presented in the book “Não somos racistas”, by Ali Kamel, director of journalism at Rede Globo, published in 2006. The discussion we propose is based on the theoretical framework of Critical Discourse Analysis, especially sustained in the works of Fairclough and van Dijk, who discuss power relations through discourse (FAIRCLOUGH, 1989, 1992, van DIJK, 1992, 2008). This work is part of a larger project that aims to problematize the presence of the black in the online press as well as the discursive construction of his image. At an early stage, the analysis of the book makes it possible to affirm that the author’s arguments are based mainly on the myth of Brazilian racial democracy, which can be exemplified by the

“recognition” of Brazil as a racist country only when discussions of quotas invaded the national news: “Does it mean that we are a racist people?” (KAMEL, 2006, p.17).

KEYWORDS: Media. Denial of racism. Racism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem por objetivo discutir as relações assimétricas de poder entre negros e brancos na sociedade brasileira, tendo como foco a negação do racismo pela mídia. Essa discussão não é nova, no entanto, é pouco recorrente se considerarmos a complexidade do racismo praticado pela sociedade brasileira. Sim, somos um povo racista, ainda que isso seja camuflado nas nossas práticas sociais. Conceição (1996, 2006) já demonstrou como a mídia do estado mais negro do Brasil, a Bahia, é racista, o que foi demonstrado pelas formas de representação do negro no principal jornal baiano, *A tarde*.

Para alcançarmos nossos objetivos, em primeiro lugar, vamos apontar as relações entre discurso e poder que nortearão toda a discussão; em seguida, faremos um breve mapa da identidade racial brasileira, bem como discutiremos os conceitos de raça e racismo, especialmente, relacionados à sociedade brasileira; em seguida, trataremos da negação do racismo, considerando seus aspectos discursivos; por fim, faremos uma análise da introdução do livro “Não somos racistas”, de Ali Kamel (2006), procurando mostrar marcas de discurso racista em seu próprio texto.

DISCURSO E PODER

Fairclough (1989) ressalta a relação interna e dialética entre a linguagem e a sociedade. A linguagem é parte da sociedade, ou seja, fenômenos linguísticos *são* fenômenos sociais, e fenômenos sociais *são* (em parte) fenômenos linguísticos. Sendo assim, pode-se dizer que as pessoas internalizam o que é socialmente distribuído e disponibilizado para elas, o que é feito por meio dos *recursos dos membros*¹ internalizados para se engajar em sua prática social, o que inclui o discurso.

Essa internalização do que é socialmente compartilhado envolve o que Fairclough (1989) denominou de *condições sociais de produção e condições sociais de interpretação*. Dito de outra forma, para o autor essas condições sociais moldam os recursos dos membros que, conseqüentemente, orientam a forma pela qual textos (ou discursos) são produzidos e interpretados, orientam, em última instância, as práticas sociais dos indivíduos.

No entanto, muitas vezes o que parece senso comum pode conter pressuposições que direta ou indiretamente sustentam relações assimétricas de poder na sociedade. Trata-se de práticas naturalizadas que funcionam ideologicamente criando consensos que mantém os grupos privilegiados de uma sociedade no controle das práticas sociais. Por meio da naturalização de suas ideologias os grupos dominantes induzem

1 *Members' resources*, no original.

a população a inconscientemente legitimar relações de poder.

A relação entre discurso e poder é, de fato, muito complexa, especialmente na imprensa que trabalha com o controle social da mente por meio da naturalização de modelos mentais manipulados para atender a interesses específicos dos grupos dominantes. Como exemplo, podemos citar os estudos de van Dijk (1992) que mostram que a mídia é provavelmente o meio mais importante de reprodução do racismo na sociedade europeia. A análise de editoriais e reportagens revelou como o consenso étnico é formulado no discurso midiático, o que mantém a dominância do grupo branco naquela sociedade, ou seja, sustenta uma relação assimétrica de poder.

Em seus estudos sobre as relações de poder ocultas no discurso da mídia, Fairclough (1989) ressalta também a importância da repetição nesses processos manipulativos, uma vez que um único texto é, de fato, insignificante, mas a sistematicidade na reprodução de determinadas ideologias pode influenciar de modo sutil e poderoso os modos de pensar e agir do leitor. Retomando Foucault (2006 [1971]), Fairclough afirma que o controle sobre ordens de discurso é um mecanismo poderoso para sustentar o poder.

A IDENTIDADE RACIAL BRASILEIRA

No Brasil, a raça (do ponto de vista social, não do superado ponto de vista biológico) que tem maior percentual na população é a negra e não a branca. É o que demonstra a pesquisa feita em 2003 pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação Rosa Luxemburg Stiftung. A pesquisa teve como objetivos, entre outros: (i) investigar a percepção do preconceito de cor e práticas discriminatórias, em busca de novos subsídios para políticas públicas e intervenções do movimento social; (ii) contribuir para a reflexão e subsidiar a ação de agentes sociais envolvidos com o desenvolvimento e fortalecimento da cidadania das populações racialmente discriminadas, e para a definição de políticas públicas, seja via Estado, sociedade civil ou através da academia. A partir dos resultados da pesquisa, vejamos como se caracteriza a população brasileira em termos raciais.

As respostas à pergunta² que solicitava do entrevistado uma auto atribuição espontânea de cor revelou que 38% se consideram brancos; 19%, de cor morena; 12%, moreno-clara; 10%, parda; 7%, preta; 5%, negra; 3%, moreno-escuro; 1%, mulato; 1%, amarelo; 1%, mestiço; 1%, indígena; 1%, outras cores e 1% afirmou que não sabe. Ressalte-se que 61% dos entrevistados se declararam não brancos, ou seja, o perfil da população brasileira não é branco.

Sobre sua ascendência³, os entrevistados disseram que são de origem negra e branca 38%; só branca, 27%; negra, branca e índia, 11%; branca e índia, 10%; negra e índia, 4%; só negra, 4%; branca e morena, 2%; morenos, 1%; só indígena, 1%; e

2 P10. No Brasil tem gente de várias cores ou raças. Qual é a sua cor?

3 P12. Considerando as combinações de cor ou raça dos seus avós e dos seus pais, o(a) sr(a) tem quais das seguintes combinações de cor ou raça.

outra, 1%. Observa-se que a maioria, 65% dos entrevistados, reconhece a diversidade étnica em sua origem.

Os entrevistados foram questionados também sobre as diferenças entre negros e brancos⁴. No total geral, 54% acham que é a mesma coisa ser branco e negro; 44% acham que é diferente e 2% não sabem. No entanto, entre os que se consideram pretos, 55% consideram que é diferente, 41% que é a mesma coisa e 3% não sabem. Entre os que se consideram brancos, 60% acham que é a mesma coisa, 38% acham que é diferente e 1% não sabe. Entre os que se consideram pardos, 54% acham que é a mesma coisa, 45% acham que é diferente e 2% não sabem. Entre os indígenas, 60% acham que é diferente, 38% acham que é a mesma coisa e 2% não sabe. Ressalte-se a diferença nessa percepção entre pretos e brancos. Enquanto a maioria dos pretos percebe uma diferença, a maioria dos brancos, não.

Para ilustrar tais diferenças, vejamos alguns dados relativos aos aspectos Educação e Trabalho Remunerado. Considerando o nível de escolaridade por raça, 32% dos brancos possuem 2º grau e 13% ensino superior. Entre os pretos, 28% possuem ensino médio e 5% ensino superior. 28% dos pardos possuem ensino médio e 7%, superior. Em relação à renda pessoal, 15% dos brancos recebe mais de 960 reais mensais enquanto apenas 8% dos pretos estão na mesma faixa salarial. E ainda 28% dos brancos ganham até 240 reais, enquanto 40% dos pardos e 31% dos pretos ganham valor parecido. O que confirma que, de fato, é diferente ser branco e ser negro no Brasil.

No que se refere à existência ou não de racismo no Brasil⁵, do total, 90% afirmaram que existe, 5% que não existe e 5% que não sabe se existe. Nesse caso, a ampla maioria dos entrevistados, brancos ou pretos, admitem a existência de racismo no Brasil.

Esses resultados nos mostram a diversidade racial da população brasileira, com predominância de raças não brancas, bem como a diversidade étnica de sua origem. Revela também que a população admite que há, de fato, diferença entre ser branco e ser negro no Brasil, o que é demonstrado também pela percepção da presença de práticas racistas em nossa sociedade pela grande maioria dos entrevistados.

RACISMO

Recorremos às Ciências Sociais para compreendermos o significado de *racismo*, conceito central em nossa pesquisa. Cashmore (2000) propõe que o termo racismo possui vários sentidos, mostrando que até o final dos anos 1960 essa definição se sustentava na ideia de *superioridade racial* e que, portanto, era entendido como uma doutrina ou uma ideologia. A partir dessa época, o termo passa a incluir também *práticas, atitudes e crenças* que, por sua vez, resultam em desvantagens raciais práticas. O

4 P21. Na sua opinião, ser negro ou ser branco no Brasil hoje, é a mesma coisa ou é diferente?

5 P37. Na sua opinião, existe racismo no Brasil?

autor ressalta ainda o caráter histórico do termo que mostra como a compreensão da inferioridade do negro é modificada em função da estrutura econômica de cada época.

Do ponto de vista da ACD, van Dijk (2008, p. 134) entende o racismo como “um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou ‘racionalmente’, e sua consequente desigualdade”. Para o autor, o racismo se constitui de dois subsistemas: um social e um cognitivo. O primeiro se refere às práticas sociais discriminatórias em nível local (micro) e pelo abuso de poder (macro) praticado por instituições dominantes em geral; o segundo se refere aos modelos mentais tendenciosos fundamentados em preconceitos e ideologias racistas, o que pode gerar, inclusive, o racismo involuntário já que é possível que ele se reproduza a partir de representações mentais socialmente compartilhadas. É importante ressaltar o papel do discurso na dimensão cognitiva do racismo, uma vez que as ideologias e os preconceitos são adquiridos e aprendidos – não são inatos – por meio, principalmente, da comunicação.

É importante ressaltar que a Lei brasileira que trata do racismo (7.716/89) faz distinção entre *racismo* e *injúria racial*. O racismo é entendido como a negação do exercício de algum direito do cidadão; e a injúria racial é entendida como as ofensas praticadas em função da raça da pessoa. No entanto, o termo mais utilizado para referir a ofensas a partir da raça é racismo.

RAÇA E RACISMO NO BRASIL

De acordo com a antropóloga Lilia Schwarcz (2012), o termo raça, no Brasil, nunca foi neutro, “oscilando entre versões ora mais positivas, ora mais negativas” (p. 20). Como exemplo de versão mais negativa do termo, a autora nos remete ao final do século XIX citando as proposições do médico baiano Nina Rodrigues para quem “a miscigenação extremada era ao mesmo tempo sinal e condição de degenerescência” (p. 21). Ao defender a degeneração oriunda da mistura de raças, Rodrigues ressaltava a noção de diferença racial ao afirmar, por exemplo, que não se pode esperar responsabilidade das raças que não a possuíam. Dessa forma, Rodrigues questionou o Código Penal de 1894, que defendia a igualdade e o livre-arbítrio, propondo a criação de códigos penais distintos adequados às diferentes raças.

As ideias de Rodrigues, de acordo com Schwarcz (2012), constituíam os fundamentos para a adoção de um darwinismo e determinismo racial anulando a individualidade que seria, sob esse ponto de vista, apenas consequência das características do grupo racial de origem. Pode-se dizer então que Rodrigues fundamenta “cientificamente” o racismo que ecoa ainda hoje na nossa sociedade.

Tal ideologia pode ser encontrada também na literatura, a exemplo do que se vê na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, datada de 1902, como ressalta Schwarcz (2012). De fato, Euclides da Cunha também julgava “a mestiçagem extremada um retrocesso”, como resultado da mistura de “raças mui diversas”, ainda que, em outros momentos na mesma obra, considerasse o mestiço, ou sertanejo, um forte.

Schwarcz (2012) menciona ainda o cientista João Batista Lacerda e o antropólogo Roquete Pinto que defendiam a progressiva extinção dos mestiços no Brasil. Para Roquete Pinto, por exemplo, “em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio” (Schwarcz, 2012, p. 26), tese recebida com pessimismo por uma população que considerava um século muito tempo para o embranquecimento definitivo da população brasileira.

Por fim, a autora nos mostra o que denominou “a versão mais romântica do grupo” (p. 26) que defendia a tese da mistura sem igual de gentes e cores constituir a própria definição do Brasil. Como exemplo, ela cita Carl von Martius, cientista alemão que usa como metáfora para a mistura da população brasileira a imagem fluvial:

três grandes rios compunham a mesma nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais diminuto, composto pelos negros. Lá estariam todos, juntos em harmonia, e encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. (Schwarcz, 2012, p. 27)

No entanto, ressalta a autora, “harmonia não significa igualdade” (Schwarcz, 2012, p. 27), e a hierarquia entre as raças, ou rios, estava clara na metáfora usada por von Martius.

Somente na década de 1930 acontece a “redenção” do mestiço, transformado em ícone nacional, símbolo de uma identidade sincrética, principalmente a partir da ideia de “democracia racial” defendida por Gilberto Freyre na obra *Casa-Grande & Senzala* de 1933. Ressalte-se, entretanto, que tal “redenção” só acontece verbalmente e não se concretiza na prática cotidiana da sociedade brasileira.

De fato, o racismo no Brasil foi, até pouco tempo atrás, um tabu, de acordo com Guimarães (2009 [1999]), uma vez que consideramos o nosso país democrático em termos raciais. Essa ilusão, para o autor, é proveniente do uso do modelo norte-americano de pesquisa sobre as relações raciais, que revela que o racismo no Brasil não é violento, nem segregacionista como nos Estados Unidos. O racismo brasileiro é velado, apesar de complexo, o brasileiro pratica “uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de *status* e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal” (GUIMARÃES, 2009 [1999], p. 41).

Para Guimarães (2009 [1999]), o racismo no Brasil se baseia na hierarquização social, ou seja, se os pobres eram pobres por serem inferiores, como pregava a doutrina liberal do século XIX, então, os pobres negros e mestiços, antes escravos, eram também inferiores. Tal como acontece hoje, a teoria da superioridade branca convive com uma enorme distância social entre as duas raças.

Além disso, a ideia de “cor”, no Brasil, é bastante peculiar, pois permite o “embranquecimento” por meio da educação e da ascensão na estrutura de classes. Dessa forma, mestiços e mulatos mais claros podem ser considerados “brancos”,

desde que letrados e ricos, e usufruir privilégios reservados apenas aos brancos. É o que se denomina *democracia racial*.

O racismo brasileiro é, de fato, negado, uma vez que o brasileiro se autodenomina antirracista. Em geral, para o racista brasileiro, racista mesmo é quem separa e “não o que nega a humanidade de outrem” (Guimarães, 2009 [1999], p. 60).

A já mencionada ilusão sobre a democracia racial brasileira permite ao brasileiro afirmar que o que determina as oportunidades de vida de alguém é sua classe social e não sua raça. Sendo assim, há uma negação generalizada do racismo brasileiro. Nas palavras de Guimarães (2009 [1999], p. 65), “entre nós existiria apenas ‘preconceito’, ou seja, percepções individuais, equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais”.

NEGAÇÃO DO RACISMO

Van Dijk (2008) destaca a negação do racismo como uma das principais características do racismo contemporâneo. O autor destaca a estratégia como forma de *apresentação positiva dos membros do grupo*, uma vez que é socialmente aceito que a discriminação e o preconceito são condenáveis.

A negação do racismo tanto pode apresentar uma dimensão *individual*, especialmente em conversas informais cotidianas, quanto uma dimensão *social*, discurso público como da política, da mídia, de empresas, etc. (van Dijk, 2008). Como o discurso público tem alcance mais amplo e é, portanto, mais influente, é por meio da negação do racismo nesse contexto que se constrói o consenso branco dominante.

Essa auto-apresentação positiva ou preservação da face (Goffman, 1974) constitui uma estratégia cujo objetivo é fazer com que o meu interlocutor construa uma imagem positiva de mim no momento da interação. A preservação da face pode estar relacionada a uma situação específica, mas em geral as pessoas querem evitar um julgamento negativo em relação a sua personalidade como um todo. “Ser categorizado como ‘racista’ ou mesmo como ‘intolerante’ pressupõe uma característica pessoal mais duradoura, tratando-se, portanto, de um julgamento particularmente mais ameaçador das faces” (van Dijk, 2008, p. 159).

No caso de instituições, grupos ou entidades, a negação do racismo emerge como uma opinião compartilhada, ou seja, revelando um consenso sobre a questão (van Dijk, 2008). Dessa forma, preserva-se a face por meio de uma auto-apresentação positiva no discurso público de instituições e organizações, como a mídia, por exemplo. Da mesma forma que o indivíduo, instituições e organizações “não querem ser conhecidas como racistas pelos seus empregados, entre seus clientes ou diante do público em geral” (van Dijk, 2008, p. 166). Tal postura sugere também progresso social e modernidade que, por sua vez, podem sugerir qualidade de produtos ou serviços.

Como exemplo, podemos citar a fala da jornalista Míriam Leitão no Seminário Mídia e Racismo que aconteceu no Rio de Janeiro em 2001: “A minha convicção

profunda é que, sim, a mídia é racista porque o país é racista. A mídia sempre reflete o país”, afirma a jornalista (Ramos, 2002, p. 42). Ignorando o poder de influência dos meios de comunicação, completa “a imprensa não tem o poder de mudar a sociedade, ela é parte da sociedade” (idem, p. 49). A jornalista tenta, pois, proteger a face da mídia ao fortalecer o consenso produzido pela própria mídia segundo o qual a mídia não é racista.

De acordo com van Dijk (2008, p. 167),

o consenso branco que nega a existência do racismo constitui um elemento bastante poderoso para a sua reprodução, especialmente porque uma resistência bem-sucedida requer atenção pública, cobertura da mídia e pelo menos um reconhecimento parcial das reivindicações.

Ou seja, a mídia e lideranças políticas podem impedir a mudança da opinião pública e favorecerem a permanência das relações de poder tal como se constituem, ao não reconhecer a existência do racismo e, dessa forma, restringir seu debate amplo.

Diante disso, ressalta van Dijk (2008, p. 169) “a negação é uma estratégia central de gerenciamento” sociopolítico, uma vez que contribui para o controle da resistência e torna mais administráveis questões políticas em uma sociedade plural em termos étnicos e raciais. Dito de outra forma, essa prática constitui uma poderosa *estratégia de reprodução da hegemonia* (van Dijk, 2008).

A NEGAÇÃO DO RACISMO NO LIVRO “NÃO SOMOS RACISTAS” DE ALI KAMEL

O livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo de Televisão, foi publicado em 2006 como resposta à discussão sobre a questão das cotas para negros nas universidades brasileiras. Como o título sugere, o autor defende a tese de que a sociedade brasileira não é racista. Nosso objetivo é, pois, mostrar como o próprio livro de Kamel apresenta marcas de discurso racista a partir das orientações de van Dijk (2008, 2009) e da Análise Crítica do Discurso.

Como o próprio título do livro sugere, a tese a ser defendida por Kamel é que o Brasil não é um país racista, tese que será fundamentada em artigos de sua autoria anteriormente publicados no jornal *O Globo*. O livro em tela está subdividido em treze capítulos, sendo o primeiro uma espécie de introdução geral ao tema, *A gênese contemporânea da nação bicolor*, e os demais artigos do *Globo* reescritos, atualizados e ampliados, segundo o autor.

Por uma questão de espaço, limitaremos nossa análise especificamente à introdução por entendermos que ela apresenta os fundamentos que nortearão todo o conteúdo do livro, ou seja, ela representa a base do pensamento de Kamel em relação à temática.

No primeiro parágrafo da introdução, Kamel apresenta o que chama de *susto*

com a “novidade”:

Foi um movimento lento. Surgiu na academia, entre alguns sociólogos na década de 1950 e, aos poucos, foi ganhando corpo até se tornar política oficial de governo. (...) Quando acordamos, leva-se o susto. Eu levei. E, imagino, muitos brasileiros devem também ter se assustado: quer dizer então que somos um povo racista?

Com essa ideia, Kamel inicia seu livro desconsiderando momentos importantes da história do Brasil. Em diversos momentos da nossa história temos relatos de práticas racistas que demonstram a “ingenuidade” da surpresa de Kamel.

O “susto”, prossegue o autor, parte da ideia segundo a qual “éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores” (Kamel, 2006, p. 18). A partir daí o autor desenvolve toda a introdução procurando demonstrar os equívocos de se considerar o Brasil um país racista. Fundamenta sua argumentação em *certa sociologia* que teria começado a *dividir o Brasil entre brancos e negros*. Entre outros, discute os trabalhos dos sociólogos Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso.

Contrariando fatos históricos, Kamel (2006, p. 20) afirma que “Aqui [no Brasil], após a Abolição, nunca houve barreiras institucionais a negros ou a qualquer outra etnia”. Para demonstrar a fragilidade desse argumento, recorreremos ao livro *Brasil: uma biografia*, resultado de ampla pesquisa da antropóloga Lilia H. Schwarcz e da historiadora Heloisa M. Starling, publicado em 2015.

Na época da promulgação da Lei Áurea, de acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 343), acreditava-se em um futuro “branco e pacífico, com os negros e mestiços desaparecendo para dar lugar a uma civilização ordenada e crescentemente branqueada”, acreditava-se que em 2012 o Brasil teria uma população com 80% de brancos e 20% de mestiços, já sem a presença de negros e índios.

Os libertos conviviam, portanto, tanto com o preconceito pelo passado escravocrata brasileiro quanto com o preconceito de raça propriamente dito. Dessa forma, é possível perceber que nosso histórico de preconceito racial é bem mais antigo do que sugere Kamel (2006), o que provoca, no mínimo, estranhamento em relação ao seu questionamento inicial: *quer dizer então que somos um povo racista?* Sim, somos um povo racista, o que se pretende demonstrar analisando de modo crítico o próprio discurso desse jornalista.

Além de contrariar fatos históricos, Kamel fundamenta sua argumentação em *certa sociologia* que teria começado a *dividir o Brasil entre brancos e negros* (2006, p. 20). Entre outros, discute os trabalhos dos sociólogos Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso que demonstraram nos anos 1950 que o racismo estava, de fato, presente na nossa sociedade, preservando a ordem escravocrata.

O sociólogo Oracy Nogueira, em relatório de pesquisa publicado em 1955, faz uma distinção entre o preconceito de marca (determinado pela aparência), praticado no Brasil, e o preconceito de origem (determinado pela ascendência), praticado nos EUA, e conclui que os dois países são igualmente racistas. Tese refutada por Kamel

(2006, p. 23) para quem “o que nos faz diferentes é que aqui, indubitavelmente, há menos racismo e, quando há, ele é envergonhado, porque tem consciência de que a sociedade de modo geral condena a prática como odiosa”.

Aqui é possível observar a dicotomia Nós/Outros apontada por van Dijk (2008) por meio da qual Kamel ressalta um aspecto positivo do seu endogrupo (Nós) quando afirma que o racismo brasileiro é *envergonhado*. Dessa forma, demonstra uma empatia aparente (van Dijk, 2008) em relação ao exogrupo (Outros), já que “é evidente que nos EUA o racismo é rotineiramente mais duro, mais explícito, mais direto” (Kamel, 2006, p. 22) e, em comparação, o racismo brasileiro seria mais ameno e discreto.

A tese de Nogueira também é usada para fundamentar a estratégia de culpabilizar a vítima, um movimento semântico de inversão, nos termos de van Dijk (2008): “o trágico é que essa sociologia [como a de Nogueira] ganhou espaços, cresceu e (...) foi totalmente acolhida pelo Movimento Negro já no final dos anos 1970. Hoje em dia, ganhou ares de verdade oficial” (Kamel, 2006, p. 24). Ou seja, para Kamel, o Movimento Negro se apropriou de uma tese equivocada, segundo a qual o Brasil é um país racista e, conseqüentemente, é o responsável pelo racismo presente na sociedade brasileira contemporânea. Nesse trecho também fica evidente a defesa do endogrupo de Kamel (Nós) em detrimento do exogrupo dos negros brasileiros (Outros) uma vez que o autor responsabiliza o Movimento Negro pela divisão racial no Brasil e fica implícito também que o conseqüente racismo do brasileiro teria sua origem nesse “ato” praticado pelo Movimento Negro. O que Kamel parece ignorar é a razão para a existência do próprio Movimento Negro que seria desnecessário se, de fato, vivêssemos em uma democracia racial.

A obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso também confirma a existência do racismo no Brasil, além de rejeitar a hipótese de que o preconceito seja, na verdade, contra o pobre em geral e não especificamente contra o negro. Essas ideias são defendidas nos livros *Mobilidade social em Florianópolis* (1960), em parceria com Octávio Ianni, e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), como aponta Kamel (2006). A tese de FHC é considerada por Kamel (2006, p. 27) como *pecados da juventude*, mas ressalta “lê-los [os livros de FHC] hoje é fundamental para entender por que foi no governo Fernando Henrique que o projeto daqueles que nos querem transformar numa nação bicolor alçou um voo tão alto” referindo-se à criação, em 1995, do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra cujo objetivo central está claro no próprio nome do Grupo de Trabalho; ao lançamento do primeiro e do segundo, 1996 e 2002, respectivamente, Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) com o objetivo de combater o racismo; e da instituição, em 2002, do Programa Nacional de Ações Afirmativas que, segundo Kamel, pode ser entendido como o primeiro passo na direção da adoção de cotas para negros nas universidades brasileiras.

Para Kamel, “FH deu curso à institucionalização da nação bicolor” (2006, p. 34). O próprio autor ressalta que o governo FHC não propôs o sistema de cotas para negros

nas universidades brasileiras, mas contribuiu para mudar a mentalidade do país e, conseqüentemente, para que elas fossem implantadas. Em meados dos anos 2000 as próprias universidades começaram a adotar o sistema, tais como Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entre outras.

Dessa forma, Kamel (2006) identifica o responsável pela institucionalização do racismo no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, apontando até mesmo a data em que a divisão em raças da nação brasileira aconteceu. Além disso, destaca que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva apenas deu sequência a um processo de mudança já em andamento quando criou, em 2003, a “Secretaria da Igualdade Racial [nome correto Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], patrocinou o projeto que torna obrigatória a política de cotas nas universidades federais [2004] e apoiou o Estatuto da Igualdade Racial [2010]” (Kamel, 2006, p. 39). Este último tinha por objetivo garantir direitos básicos de cidadão à população negra, bem como combater a discriminação e a intolerância étnica (Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010). A denominada Lei das Cotas seria sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012 (Lei nº 12.711) portanto, depois do lançamento do livro de Kamel (2006).

Entre as estratégias utilizadas por Kamel para tentar desconstruir a imagem racista da sociedade brasileira é importante destacar também a seleção lexical (van Dijk, 2009), especialmente quando se refere ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Como vimos, Kamel usa os estudos de FHC para tentar mostrar suas fragilidades. Sendo assim, o pesquisador, via de regra, é identificado como *jovem sociólogo* ou *jovem FH*. Nesses casos, o uso do adjetivo *jovem* é uma forma sutil de ressaltar uma suposta imaturidade da pesquisa de FHC, o que, conseqüentemente, lhe nega qualquer autoridade ou consistência no assunto. Tal fato pode ser comprovado ainda pela avaliação das obras de FHC como *pecados da juventude*, já destacado acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da introdução do livro “Não somos racistas” (2006), de Ali Kamel nos mostra que, ao contrário do que afirma o título, o próprio autor revela em seu discurso, se não racismo, no mínimo um importante desconhecimento sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Demonstramos, recorrendo à história do Brasil, que, na verdade, após a abolição, o racismo brasileiro não acabou e perdura até os nossos dias, uma vez que ainda são necessárias políticas públicas de inclusão para que os negros tenham seus direitos básicos garantidos. No que se refere à educação, por exemplo, a aludida meritocracia não é uma realidade, ela exclui a maior parte da população que não tem acesso à educação formal de boa qualidade das vagas nas universidades públicas, o que significa excluir a maior parte da população negra brasileira da universidade pública.

REFERÊNCIAS

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000 [1984].

Fundação Perseu Abramo. **Pesquisa discriminação racial e preconceito de cor no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/conheca-pesquisa-discriminacao-racial>> Acesso 28/07/16

GOFFMAN, E. **Les rites d'interaction**. Paris: Minuit, 1974.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009 [1999].

KAMEL, A. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RAMOS, S (org.) **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. In: WODAK, R.; MEYER, Michael (edited by) **Methods of Critical Discourse Analysis**. Sage: London, 2009 [2001], p. 62-86.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 23

Assédio 193

C

Casamento 151

Científico 224

Criança 60, 180, 183, 188, 191, 192, 202

Cultura 11, 16, 17, 18, 22, 23, 120, 127, 141, 192, 206, 222, 224

D

Dança 8, 110, 111, 153, 155, 162, 163, 164

Desenvolvimento 2, 8, 153, 164, 224, 225, 226, 227

Discurso 36, 39, 50, 52, 62, 64, 66, 75, 76, 77, 83, 87, 88, 89, 90, 99, 100, 101, 102, 108, 109, 121, 142, 143, 150, 151, 152, 206, 208

E

Ensino 51, 62, 63, 110, 111, 224

Exploração 179, 183, 189, 191, 192

L

Língua 28, 29, 50, 75, 224

Linguagem 24, 35, 50, 51, 75, 99, 151, 164, 206, 224

Literatura 88, 111, 118, 119, 121, 123, 125, 224

M

Machismo 165, 167, 171, 172, 173, 174, 175

Max Weber 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15

Mídia 36, 66, 76, 82, 87, 100

Mulher 72, 177

N

Nacionalidade 128

S

Sociologia 2, 5, 1, 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 127, 222, 224, 225, 226, 227

T

Tradução 12, 21, 23, 35, 75, 99, 150, 151, 152, 206, 207

V

Violência 166, 177, 178

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-535-8



9 788572 475358